

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU-RJ – CONFLUIR – 13.02.2020

1 Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro de 2020, às 10h02m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu início à 1ª Reunião Ordinária do
3 Plenário do Comitê Guandu/RJ (biênio 2019-2020), no Salão Azul, nas dependências da Universidade
4 Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura**
5 **da pauta; 2- Confluir: Seminário sobre a crise no fornecimento de água na Região Metropolitana**
6 **do Rio de Janeiro - Considerando: Crise no abastecimento de água na Região Metropolitana do Rio**
7 **de Janeiro; Previsão no Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu-RJ para 2020:**
8 **Programa prioritário 2.1.3 – Ações para garantia da oferta hídrica - 2.1.3.1 - Realização de fórum de**
9 **discussão inter-setorial sobre a importância da garantia do abastecimento da Região Metropolitana**
10 **do Rio de Janeiro.** Decio Tubbs (UFRRJ) deu as boas-vindas a todos, o mesmo aproveitou a
11 oportunidade para justificar a ausência do Ilmo. Reitor da UFRRJ na abertura do evento. Decio Tubbs
12 (UFRRJ) citou que a Universidade se sente honrada por receber estas discussões, principalmente por
13 fazer parte da região do Guandu, e que está à disposição para sediar eventos. Em seguida, o mesmo fez
14 o convite para que os presentes conhecessem melhor o Campus da Universidade. Logo depois, Paulo de
15 Tarso (FIRJAN), realizou a abertura do evento. Neste momento, foi exibido um vídeo de boas-vindas sobre
16 o Seminário Confluir. Em seguida, Livia Soalheiro (SEAS) comentou sobre a proposta desta plenária, sob
17 forma de Seminário, e que o objetivo seria trazer a reflexão para discussão de todos, em seguida pediu
18 para que os convidados compusessem a mesa: Edson Falcão - Assessor da Secretaria de Ambiente e
19 Sustentabilidade do RJ; Hélio Vanderlei - Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade do INEA; Decio Tubbs
20 - Professor e Pesquisador da UFRRJ; Luiz Antônio da Silva Neves - Presidente da AEMERJ; Carlos
21 Pessoa - Engenheiro Ambiental da AGENERSA, Josivan Cardoso Moreno - ABES-Nacional e Miguel
22 Alvarenga Fernández y Fernández - Presidente da ABES-RJ. Josivan Cardoso (ABES-Nacional)
23 agradeceu o convite e em sua fala o mesmo comentou sobre o processo de busca contínua pela melhoria
24 da qualidade da água, que segundo ele faria grande diferença na qualidade de vida da população. O
25 mesmo fez uma breve apresentação sobre a ABES, destacando os objetivos, missão, visão e valores da
26 instituição e as regiões em que a instituição está presente no Brasil. Ao fim de sua fala, o mesmo comentou
27 o que esperava deste Seminário, no que diz respeito ao objetivo colocado, principalmente no âmbito da
28 regulação. Miguel Alvarenga (ABES-RJ) agradeceu o convite e saudou a todos os membros da mesa. O
29 mesmo apresentou um pouco sobre o seu histórico educacional e profissional e em seguida, apresentou
30 um histórico sobre o abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro, e a origem da
31 transposição (Ribeirão das Lages). Miguel Alvarenga (ABES-RJ), aproveitou a oportunidade para
32 apresentar um estudo realizado sobre a possibilidade/viabilidade de implantação de uma nova
33 transposição (redundância no abastecimento), com vistas ao abastecimento da Região Metropolitana do
34 Rio de Janeiro, com o intuito de sanar e/ou amenizar futuras interrupções de abastecimento. Edson Falcão
35 (SUBRHES) agradeceu o convite, e em seguida iniciou uma apresentação falando sobre as atribuições
36 legais no que diz respeito a água bruta (Política de Recursos Hídricos) e a água tratada (Lei do
37 Saneamento Básico) e que há um grande desafio em integrar essas duas políticas, e que a elaboração

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU-RJ – CONFLUIR – 13.02.2020

38 do Plano Estadual de Segurança Hídrica tem essa visão integradora. O mesmo explicou o que seria
39 segurança hídrica, o Plano Estadual de Segurança Hídrica (as etapas: Pré-Plano, Elaboração do Plano e
40 Pós-Plano) e sobre as ações que seriam prioritárias a serem estudadas no PESHJ sob a ótica da
41 Segurança Hídrica no Guandu. O mesmo espera contar com o apoio de todos para o desenvolvimento do
42 Plano. Hélio Vanderlei (INEA) cumprimentou a todos e em seguida pontuou que em sua Diretoria no INEA
43 encontram-se muitos profissionais capacitados. O mesmo informou que o INEA está aberto para receber
44 a todos e disposto a prestar informações e propor soluções para a sociedade, apesar das dificuldades
45 encontradas. O mesmo comentou sobre a importância dos licenciamentos das empresas, instituições e
46 prefeituras, e que há um plano para a construção de metodologias com foco nas soluções dos problemas.
47 Comentou também sobre o foco no fluxo de utilização dos recursos disponíveis, e que o objetivo seria
48 “confluir”, construir juntos. Carlos Pessoa (AGENERSA) iniciou a sua fala comentando um pouco sobre o
49 seu histórico profissional, e em seguida apresentou o modo de funcionamento do ambiente regulatório e
50 a inter-relação da AGENERSA com os poderes outorgantes, os prestadores de serviços públicos e os
51 usuários. O mesmo também apresentou sobre a atuação da AGENERSA (conforme Lei nº 4.556/2005),
52 as suas atribuições, os serviços regulados, a gestão compartilhada e os programas e projetos. Luiz
53 Antônio Neves (AEMERJ / Prefeito de Piraí) agradeceu a oportunidade e cumprimentou a todos. Em
54 seguida, o mesmo pontuou que nas falas anteriores pouco foi falado sobre a importância dos municípios
55 sob o aspecto da crise hídrica. Deu destaque sobre os problemas e o esforço que há em construir soluções
56 para resolução de problemas de abastecimento. Por fim, pontuou sobre a questão de os municípios serem
57 poucos priorizados, sendo que estes seriam um dos principais focos para recebimento de apoios a luz do
58 tratamento de esgoto e políticas efetivas para a solução dos problemas de abastecimento. Decio Tubbs
59 (UFRRJ) cumprimentou novamente a todos, e em seguida pontuou que todos os presentes a este
60 Seminário sabem o que deve ser feito, mas que seria necessário saber como deve ser feito. O mesmo
61 citou sobre as atribuições dos CBH’s (“que não tem o papel de fiscalizar”), e as tentativas do Comitê para
62 realizar ações resolutivas. Apresentou também sobre um histórico do Comitê e suas ações. Aproveitou a
63 oportunidade para fazer uma saudação ao Julio Antunes (CEDAE) acerca da sua importância para o
64 Comitê Guandu e de seu envolvimento com o Sistema de Recursos Hídricos. Em seguida, Lívia Soalheiro
65 (SEAS) pediu para que a mesa fosse recomposta e abriu espaço para as perguntas do público. Hendrik
66 Mansur (TNC) agradeceu ao Decio Tubbs (UFRRJ) por sua fala sobre o problema do abastecimento e o
67 posicionamento do Comitê. Em seguida perguntou ao Helio Vanderlei (INEA) sobre um status da utilização
68 dos recursos disponíveis. Gilvoneik de Souza (Defensores do Planeta), ainda para Helio Vanderlei (INEA)
69 levantou questões sobre a competência do Comitê acerca da capacidade fiscalizatória (Lei nº 3.239) e
70 que é sempre importante focar na quantidade e qualidade da água. Vitor (Presidente da Associação de
71 Pescadores) questionou se a CEDAE considerou o impacto do desvio dos rios, uma vez que os peixes
72 irão correr o risco de acabar, e que muitas famílias dependem desta fonte de renda. João (Conselheiro da
73 Associação de Pescadores) citou que algumas ações acabaram diminuindo o pescado, e que a melhoria
74 veio apenas visualmente, e questiona sobre o que será feito daquelas famílias (carca de 196 famílias,

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU-RJ – CONFLUIR – 13.02.2020

75 1400 pessoas) que correm o risco de ficarem ao relento, pois trabalharam duro para tentar impedir o
76 trabalho de entidades incompetentes, e que agora o Estado quer esmagar. Rafael Cardoso (Instituição
77 não Informada) gostaria de obter informações técnicas considerado o impacto ambiental desta nova
78 transposição do Rio Paraíba do Sul. Jaime Henrique dos Santos (SINTSAMA) questionou a ausência de
79 representantes da CEDAE na mesa do presente evento e parabenizou Helio Vanderlei (INEA) e toda a
80 sua equipe. Durante as respostas, Josivan Cardoso (ABES-Nacional) destacou a importância de confluir
81 a discussão de maneira ampla e integrativa. Miguel Fernandes (ABES-RJ) informou que é importante não
82 só pensar na qualidade e quantidade, mas também na entrega da água pela CEDAE (distribuição),
83 pensando na Região Metropolitana. Helio Vanderlei (INEA) respondeu as questões informando sobre o
84 seu empenho em entender o porquê os recursos estão parados e as suas causas. O mesmo comentou
85 que requer dos órgãos respeitar os processos/procedimentos e demais arcabouços jurídicos (sejam eles
86 burocráticos ou não) e estabelecer diálogos entre os demais interlocutores do sistema (empresas,
87 instituições, usuários, etc.). Luiz Antônio Neves (AEMERJ / Prefeito de Pirai) parabenizou pelo esforço,
88 mas queria saber se a associação dos municípios teria alguma importância no sistema, e espera que os
89 municípios passem a ser agentes mais presentes nestas discussões. Pontuou sobre a importância dos
90 PMSB's (elaboração e implantação) e que as prioridades devem ser definidas, sendo este o trabalho dos
91 Comitês. Decio Tubbs (UFRRJ) comentou que se deve acompanhar a execução de projetos de
92 saneamento, mas que não há na atribuição do Comitê uma maneira punitiva. Comentou também que o
93 grande problema dessa crise foi que ela chegou na Barra e no Leblon, e que as demais regiões sofrem
94 desde muito tempo. Segundo ele, a maior parte do recurso deve estar direcionada para saneamento. Por
95 fim, o mesmo agradeceu a todos em nome da UFRRJ, finalizando a 1º Seção do Evento às 12:55hs. 2º
96 SEÇÃO: Às 14:00hs foi dado início a 2º Seção do evento. Livia Soalheiro (SEAS/RJ) retomou o evento e
97 convidou Jerson Kelman (COPPE/UFRRJ) para iniciar sua palestra. Jerson Kelman iniciou falando do
98 trabalho dos Comitês e falando dos estudos relacionados ao esgotamento na bacia. Jerson Kelman diz
99 que não faz sentido não investir nas bacias contribuintes, pois baratearia os custos de tratamento de água.
100 Afirmou que a CEDAE gasta mais do que deveria por metro cúbico de água tratada. Ele atribui o fracasso
101 em saneamento a lobby e frisou que o que interessa é o valor do m³ de esgoto tratado. Kelman citou a
102 pesquisa de Caroline Lopes que aponta que o esgoto pode ser tratado com valores entre cinquenta
103 centavos e dois reais o metro cúbico. Kelman disse que o recurso da cobrança pelo uso da água deveria
104 ir direto para uma conta dos comitês e não passasse pelos cofres do Estado. Kelman disse que há leis e
105 incentivos para obras, mas não para fazer que funcionam e por isso o Brasil tem um cemitério de
106 infraestruturas de esgotamento. Kelman disse que a solução para efetivar os desembolsos era a criação
107 de contas únicas e diretas para os projetos e obras de forma que as contratadas receberiam quando o
108 serviço fosse comprovadamente prestado, sem que o recurso tenha que passar pelos municípios ou outros
109 órgãos do Governo. Rosa Formiga (UERJ) iniciou sua apresentação falando sobre segurança hídrica e a
110 integração das bacias, citando a transposição na Elevatória de Santa Cecília em Barra do Pirai/RJ. Rosa
111 Formiga disse que a solução para avançar nos problemas do abastecimento é político. Ela disse que os

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU-RJ – CONFLUIR – 13.02.2020

112 Comitês precisam sair das suas instâncias e participar das políticas públicas e mobilizar, trazendo
113 prefeitos, deputados, governador e outros atores para os debates. José Arimathéa (FFCBH) iniciou sua
114 apresentação falando sobre o importante trabalho do Fórum Fluminense durante o contingenciamento dos
115 recursos do FUNDRHI. Disse que os Comitês não conseguem desembolsar porque os municípios não
116 têm as certidões exigidas no CAUC e por isso os Comitês precisam encontrar soluções para que os
117 projetos saiam, de modo que não se exija dos municípios, pois eles não têm capacidades financeiras.
118 José Arimathéa (FFCBH) disse que é necessário desonerar os municípios pois saneamento é mais
119 importante que uma certidão negativa do Ministério do Trabalho. Disse que é necessário chamar o
120 Ministério Público e outras representações para traçar novos caminhos para esses investimentos. Juliana
121 Fernandes (AGEVAP) iniciou sua apresentação falando sobre a situação do saneamento na RH-II. Ela
122 relacionou um histórico, traçando uma linha do tempo do Comitê, mostrando ações e investimentos e
123 números sobre a coleta e o tratamento. Juliana disse que o MP e o TCE já estão buscando soluções para
124 o impedimento dos municípios receberem as verbas para saneamento devido as certidões. Ela apontou
125 como caminho o caso das verbas de saúde, que não necessitam de certidões, e como o saneamento está
126 ligado diretamente à saúde poderíamos chegar aos mesmos entendimentos. Livia Soalheiro (SEAS/RJ)
127 recompôs a mesa com todos os convidados da tarde e passou a palavra para a mediação e provocação
128 do jornalista Emanuel Alencar. Emanuel enalteceu a revista Águas do Guandu-RJ dizendo que ela traz
129 informação de forma clara com gráficos que ajudam a consolidação do entendimento. Emanuel provocou
130 os convidados perguntando como eles veem a integração da gestão das águas entre os estados do RJ,
131 SP e MG. José Arimathéa (FFCBH) respondeu destacando o papel da transposição para o abastecimento
132 da Região Metropolitana do Rio e seus impactos no norte fluminense. Ele ressaltou que os municípios não
133 dialogam entre si em relação aos recursos hídricos e que a estratégia e a plataforma para encurtar essa
134 distância é o Comitê de Bacia. Rosa Formiga destacou que a recuperação de mananciais passa pelas
135 soluções baseadas em natureza e a integração das agendas. Hendrik Mansur (TNC) disse que é
136 necessário trazer à pauta do Comitê o pacto federativo, visando a redistribuição de recursos e
137 fortalecimento dos municípios. Segundo Hendrik, o aperfeiçoamento dos recursos hídricos está
138 relacionado ao fortalecimento dos municípios. Gilvoneik (Imprensa) disse que a criação do “by-pass” não
139 resolverá o problema e irá acabar com a Baía de Sepetiba. Ele ressaltou que não se deve “aliviar” para as
140 prefeituras pois elas têm responsabilidades com o esgotamento. Gilvoneik disse que o INEA precisa mudar
141 os critérios do monitoramento da qualidade de água e que os setores de Meio Ambiente e Saúde não se
142 falam, não se cruzam, deixando de otimizar dados e avançar no monitoramento. Rosa Formiga disse que
143 o Comitê deve puxar para si o debate sobre o “by-pass” e todo e qualquer assunto da bacia, para que as
144 decisões políticas sejam tomadas e os representantes ouvidos. Livia Soalheiro (SEAS/RJ) agradeceu a
145 presença de todos e encerrou o Seminário às 17h38min.
146
147
148

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU-RJ – CONFLUIR –
13.02.2020**

149

Paulo de Tarso (Firjan)
Diretor Geral

Andreia Loureiro (P.M. Queimados)
Diretora Executiva

150

151 Presentes: Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ); Marcelo Danilo (ANAGEA) Jaime Henrique dos Santos
152 (SINTSAMA); Amisterdan Ribeiro (P.M. Piraí); Paulo Garcia (P.M. Japeri); Andreia Loureiro (P.M.
153 Queimados); José Arnaldo dos Anjos (P.M. Nova Iguaçu); Mayná Coutinho (CEDAE). Decio Tubbs
154 (ABAS); Hélio Vanderlei (INEA); Livia Soalheiro (SEAS/RJ); João Bosco Salles (UEZO); Nelson Reis
155 (APEDEMA); Yuri Stephan (FONASC-CBH); Vera Martins (ACAMPAR-RJ); Paulo de Tarso (Firjan); José
156 Miguel (Ecocidade); Fernando Cid (P.M. Nova Iguaçu); Mário Luiz (P.M Piraí); Moema Acselani (INEA);
157 Edson Falcão (INEA); Miguel Alvarenga (ABES); Josivan Cardoso (ABES); Luiz Antônio (P.M. Piraí);
158 Carlos Pessoa (Agenera); Jerson Kelman (COPPE/UFRJ); José Arimathea (FFCBH); Rosa Formiga
159 (UERJ); Emanuel Alencar (Museu do Amanhã); Juliana Fernandes (AGEVAP); Gilvoneik Souza
160 (Imprensa); Wiliam Weber (Jornalista); Marcelo Danilo (ANAGEA); Vitor Ambrozini (Associação dos
161 Pescadores); Tatiana Ferraz (AGEVAP); Gabriela Teixeira (AGEVAP); Antonio Mendes (AGEVAP);
162 Marcelo Cruz (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP); José Paulo (UFRJ); Hendrik Mansur (TNC); Mariluci
163 Sudo (PESAGRO); Sérgio Hiroshi (Aplim); Lucas Almeida (AGEVAP); Rafael Cardoso (não informou
164 instituição).